

DESCENDO RIO ABAIXO

Agricultora Luiza da Silva, a Dona Luiza, de 76 anos, teve apenas cinco minutos para se decidir. Por volta das 18 horas do dia 5 de novembro de 2015, um grupo de policiais chegou de moto na cidade de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, em Minas Gerais, gritando para os moradores deixarem as suas casas rapidamente. Dona Luiza pegou apenas os documentos e subiu à parte alta do seu bairro com os filhos para se proteger. Naquela tarde, o rompimento da barragem de Fundão, foi responsável pelo lançamento de 34 milhões de metros cúbicos de lama no meio ambiente.



Luis, servidor da defesa civil municipal, assim que informado do ocorrido, foi deslocado para o local, e ao chegar em Paracatu de Baixo ficou estarrecido. Naquele momento as ações eram tomadas de forma praticamente intuitiva, sem muito planejamento, sem noção da real dimensão e da complexidade do problema. Embora a coordenação fosse primária, todos tentavam agir dentro de suas respectivas áreas de atuação, com um único propósito, salvar as vidas que estavam em perigo. A ausência de comunicação naquele momento piorava ainda mais a instabilidade de todos pela incerteza das pessoas atingidas e afetadas.

A enxurrada de rejeitos rapidamente se espalhou pela região, deixou mais de 600 famílias desabrigadas e chegou até os córregos próximos. Aproximadamente seiscentos e sessenta e três quilômetros de rios e córregos foram atingidos; 1.469 hectares de vegetação comprometidos; 207 de 251 edificações foram soterradas apenas no distrito de Bento Rodrigues. O aumento da turbidez da água provocou a morte de milhares de peixes e outros animais. De acordo com o Ibama, das mais de 80 espécies de peixes apontadas como nativas

antes da tragédia, 11 são classificadas como ameaçadas de extinção e 12 existiam apenas lá. Em consequência do rompimento, 13 empregados e prestadores de serviço que trabalhavam nas proximidades da barragem de Fundão e cinco pessoas de comunidades próximas morreram. Uma pessoa continua desaparecida.

Na quinta-feira, dia 12, uma semana após o rompimento das barragens, Dona Luiza sentou-se em um tronco de árvore na parte alta de Paracatu. Poucos metros à frente via casas soterradas na lama. Na sua casa ficaram todas suas economias dentro de um guarda-roupa e seus bens mais preciosos: suas galinhas e as fantasias da Folia de Reis, que realiza há 50 anos em Paracatu, onde nasceu e teve seus 6 filhos. “O que vou fazer? Perdi tudo”, diz.

Fabrcio, um de seus filhos, circulava entre as ruínas vasculhando por pertences e analisando as perdas. Sua velha moto está soterrada em um bloco de barro, junto ao galinheiro. “Tem ‘pra’ lá de 50 ‘galinha’ enterradas aí dentro”, “minha moto era meu ganha pão, e com ela ajudava minha mãe que tem problemas de saúde”, diz.

Dona Luiza pode dizer que teve sorte. “Poderia ter sido engolida pelo barro, eu ‘tava’ bem cuidando de minhas ‘galinha’ e botando a janta pra ferver”

O fornecimento de água para os moradores de cidades abastecidas pelos rios da região teve que ser temporariamente interrompido, sendo retomado dias depois, quando laudos de órgãos técnicos do governo descartaram a contaminação da água por materiais tóxicos.



ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Atuação da Polícia

Aberto um dia após a tragédia, o inquérito criminal da Polícia Civil de Minas Gerais investiga as causas e as consequências do rompimento da barragem, além dos crimes ambientais e os homicídios ocorridos. A fase de depoimentos prevê 60 pessoas interrogadas até o fim de dezembro. A investigação é considerada complexa e depende do resultado de laudos. A previsão é de conclusão da investigação em 30 dias, mas o delegado regional de Ouro Preto, André Carlos, conseguiu a prorrogação do prazo com a Justiça.

“Os crimes investigados pela Polícia Civil são homicídio, crime de soterramento, crimes ambientais contra fauna, flora e poluição de rios, além de outros crimes que podem surgir ao longo do inquérito e também a partir dos resultados de perícia”, diz o delegado.



Atuação do Ministério Público

O Ministério Público investiga informações sobre fraudes da documentação e informações prestadas pela Samarco junto a órgãos ambientais de Minas Gerais para conseguir autorização para manter o funcionamento da barragem de Fundão.

A pedido do Ministério Público Estadual, a Justiça em Mariana determinou o bloqueio de R\$ 300 milhões da Samarco para resguardar o direito à indenização das famílias afetadas pelo rompimento.

Uma força-tarefa composta por nove promotores já investigava a causa do rompimento e a segurança das barragens Santarém e Germano, que estão em risco, conforme a própria Samarco admitiu. Uma série de recomendações foi expedida e levou ao pagamento de auxílio-financeiro às famílias por parte da Samarco.

O Ministério Público de Minas Gerais abriu inquérito civil, em janeiro de 2016, para investigar a destinação dada pela prefeitura de Mariana às doações arrecadadas em benefício das vítimas da enxurrada de rejeitos que destruiu o distrito de Paracatu de Baixo. A prefeitura foi notificada sobre o valor arrecadado e os critérios de repasse. Pouco mais de dois meses depois do desastre, ocorrido em 5 de novembro de 2015, os moradores ainda não tiveram acesso ao dinheiro arrecadado.

Dona Luiza sofre com a demora do repasse dos valores. Seu filho, Fabrício, também reclama da demora. “Esse dinheiro não é para ficar com a prefeitura, mas sim com os desabrigados, nós estamos passando necessidades”. O Sr. Francisco, líder comunitário de Paracatu de Baixo, diz que as decisões estão sendo tomadas sem o consentimento de todos. “Eu mesmo acredito que a tarefa de decidir o que é melhor para moradores é deles mesmos. Essas escolhas deveriam ser abertas a todos”, criticou ele. “Soubemos que pelo menos R\$ 800 mil foram bloqueados pela câmara de vereadores e ninguém sabe quando vai receber esse dinheiro”.

Luis, chefe da defesa civil diz: “Estamos providenciando para que o repasse das doações ocorra o mais rapidamente possível. Esse dinheiro não pode ficar em conta. Cada um tem de receber o que é seu por direito”. Luis relata que estelionatários falsificaram cheques com a assinatura do prefeito para tentar sacar doações feitas às vítimas. “Os bandidos falsificaram três cheques com valores de R\$ 15 a R\$ 30 mil. Por sorte, a fraude foi descoberta a tempo por funcionários da prefeitura que entraram em contato com o banco”, diz Luis.

Atuação da Justiça

Para o juiz que apura o caso, a empresa terá que depositar mais R\$ 50 milhões e complementar o pedido do Ministério Público, "foi feito um pedido de ressarcimento tendo em vista as despesas emergenciais já feitas pelo Estado de Minas Gerais, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) - autores da ação", diz ele.

O juiz também ordenou que a empresa garanta o fornecimento de água à população de Belo Oriente, Periquito, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Resplendor, Ituetá e Aimorés, cidades também afetadas pela lama.

A Samarco ainda terá que monitorar a qualidade da água da Bacia do Rio Doce. As determinações deverão ser cumpridas entre cinco e dez dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 milhão, limitada a R\$ R\$ 100 milhões. A Samarco informou que recebeu a intimação e que vai atendê-la no prazo legal.



Atuação da Samarco

O diretor de operações da Samarco afirma que a empresa está mobilizando esforços para priorizar o atendimento e a integridade das pessoas que estavam no local do acidente ou nas áreas afetadas. A empresa contratou três organizações de ajuda humanitária para desenvolvimento de um plano de assentamento, que inclui acolhimento às famílias, apoio psicossocial e triagem médica.

A empresa também forneceu cestas básicas, itens de higiene pessoal, material e equipamentos de limpeza, kits escolares e ração animal. Cerca de 700 profissionais da Samarco, de várias áreas, também atuam no atendimento às comunidades.

Em relação à poluição causada pela lama ao Rio Doce, a Samarco monitora amostras de água coletadas em trechos impactados. Uma consultoria foi contratada para elaborar um plano de ação de recuperação ambiental. 150 mil peixes foram resgatados para preservar as espécies e, no futuro, devem ser utilizados para repovoamento dos rios. Eles foram encaminhados para outros cursos d'água, que possuem características similares ao habitat original das espécies.

115 cartões de auxílio financeiro foram entregues às famílias das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Pedras, Camargos, Ponte do Gama e Campinas, todas distritos de Mariana (MG), impactadas pelo acidente com as barragens.



Atuação do Governo de Minas Gerais

O governador de Minas Gerais, dias após ao acidente, instituiu uma força-tarefa para estudar novas alternativas para a disposição de rejeitos de mineração. A força-tarefa tinha 60 dias para levantar a existência de formas alternativas para dispor os rejeitos de mineração, com a implantação das novas tecnologias.

Decretou, ainda, situação de emergência nos municípios mineiros da região da Bacia do Rio Doce. A medida pretende agilizar os procedimentos necessários para o enfrentamento à situação de escassez de água em decorrência do derramamento de rejeitos de minério de ferro nos rios.



Atuação do IBAMA

Um laudo técnico parcial, divulgado pelo Ibama no início de dezembro de 2015, aponta para a gravidade do desastre. "O nível de impacto foi tão profundo e perverso, ao longo de diversos estratos ecológicos, que é impossível estimar um prazo de retorno da fauna ao local, visando o reequilíbrio das espécies na bacia", diz o documento.

Fiscalização

Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente, diz que não isenta o poder público de responsabilidade, ao questionar a atuação dos órgãos encarregados de licenciar, fiscalizar e monitorar as ações da mineradora.

“Caberia ao órgão ambiental estadual (Semad/MG) emitir as licenças prévias, de instalação e de operação para a construção da barragem de Fundão, bem como seu posterior alteamento para unificação com a barragem de Germano. Caberia ao órgão ambiental federal (IBAMA) autorizar o desmatamento em área de Mata Atlântica e a supressão de eventuais cavernas na região da barragem e de seu reservatório. Caberia ao órgão outorgante de direitos minerários (DNPM) verificar questões relativas à segurança da barragem. Caberia à entidade que regulamenta o exercício dos profissionais de engenharia (CREA-MG) fiscalizar, por meio da ART, a segurança e qualidade dos serviços por eles prestados”, aponta o relatório ministerial.





A Prefeitura de Mariana

A prefeitura de Mariana mobilizou suas secretarias em atendimento à população atingida pelo deslizamento de lama da barragem. A Secretaria de Saúde de Mariana se mobilizou de imediato. Diversas ações de suporte vêm sendo realizadas em parceria com a Samarco, entre elas assistência aos feridos, atendimento a cães e gatos, acolhimento dos desabrigados e monitoramento da região.

Aproximadamente 335 funcionários trabalham nas atividades de apoio. Até agora, 210 vítimas foram atendidas. Voluntários mostraram solidariedade com a causa e se colocaram à disposição para ajudar as vítimas. Dentre eles, 60 estudantes de medicina da UFOP se revezam, desde a semana seguinte, nos pontos de apoio. No que tange aos medicamentos, o atendimento municipal está buscando cobrir as necessidades dos desabrigados, auxiliando, também, pessoas de regiões que não fazem parte do fluxo de atendimento do município.

170 funcionários, sendo 70 agentes da Defesa Civil, desenvolveram atividades como gerenciamento do desastre, ações de proteção, identificação e mapeamento das áreas de risco de desastres, vistorias nas edificações e áreas de risco, além de buscar manter a população sempre informada sobre áreas de risco.

O Sr. Francisco, líder comunitário de Paracatu de Baixo, reclama de empresas que se instalaram na cidade e se aproveitaram da situação para lucrar. "Uma empresa se instalou no município, alugou caminhões, retroescavadeiras e, depois de uma semana deixou a cidade, levando os valores. Disseram que iam fazer manutenção dos equipamentos, retiraram e levaram embora. Procuramos nos informar e segundo a prefeitura o prejuízo foi de mais de R\$ 2 milhões, ainda foram feitos relatos de dívidas que foram deixadas também em hotéis de cidades vizinhas e mão-de-obra de contratados".

Todas as ações efetivadas naquele momento tratavam de procedimentos da administração pública, que envolvia práticas cotidianas e/ou com previsões legais, como contratações, locações, terceirizações, compras, enfim, tudo deveria ser instruído processualmente e seria cobrado posteriormente, mas as cobranças e pressões se deram concomitantemente às ações dos órgãos, quer fosse pelo Ministério Público Estadual, Federal, Polícia Civil, Câmara Municipal e pelos diversos tipos de organizações da sociedade civil, a ponto, de não se saber a quem atender primeiro. Todos desejavam desempenhar um papel, em especial, o de controlar os atores públicos envolvidos, ignorando a dimensão da crise e a primazia das ações.

Nessa situação em particular, o que se pode concluir? Falta de planejamento? Um desastre não anunciado (fatalidade)? Irresponsabilidade? Por parte de quem? Falta de responsividade pós-acidente? Prestação de contas e de informações ineficazes (tanto antes quanto depois do acidente)? Como agregar todas essas posições, com suas prerrogativas e poder de controle?